

RELATÓRIO REUNIÃO DA CNTSSCUT COM O PRESIDENTE DO INSS 10 DE JULHO DE 2020 – 17H00

Participantes:

CNTSS/CUT: Gina Melise (MA), João Torquato (DF), Vilma Ramos (SP), Deivid Christian (SE), Silvio Andrade (MS), George Rolim (AL), Gustavo (PE), Sérgio Fonseca (PB), Teca (GO/TO).

INSS: Leonardo Rolim – presidente; Emanuel Araújo – Gabinete da Presidência; Jobson Salães – diretor de Atendimento; Ailton Nunes (DIRAT); Alessandro Roosevelt – diretor de Benefícios (DIRBEN); Helder Calado – diretor de Gestão de Pessoas e Administração (DGPA).

A reunião teve início com a CNTSSCUT fazendo um resgate da discussão ocorrida na última agenda, em 18 de junho, levantando alguns pontos que ficaram fechados e não conseguiram avançar, sendo: reunião do GT de retorno ao trabalho (discutir protocolo); Comitê Gestor da Carreira; criação do Banco de Pontos; GDASS resultado da avaliação de maio e junho; reunião do CGNAD; GT da pontuação; Painel de Acompanhamento da Produção Diária; atualização do “Facilita” e reestruturação do INSS, dentre outros assuntos que são de importância para a categoria. Seguem as questões mais relevantes tratadas:

Reabertura das Agências

A CNTSSCUT reafirmou seu posicionamento sobre a manutenção do trabalho remoto e também o de ser contrária a reabertura das Agências da Previdência Social. Entende que é prematura a reabertura das Agências em virtude da pandemia ainda não estar sob controle, o que, inclusive, tem forçado muitas cidades que flexibilizaram o isolamento físico a adotarem o *lockdown*. Por isso, a necessidade de estabelecer o diálogo permanente entre o governo e as entidades sindicais representativas dos servidores.

A Confederação exigiu a participação nas discussões internas que tratam sobre a reabertura das unidades e os protocolos de segurança. Observou

que o servidor não pode ser ignorado nesse processo e precisa ser ouvido, haja vista que os protocolos construídos pelo INSS não estão tendo o acompanhamento das entidades.

O presidente do INSS não concorda que as entidades devam fazer parte do Comitê que trata da reabertura, mas deixou marcada reunião da CNTSSCUT com o grupo que está tratando desse ponto.

A Confederação lembrou o presidente do INSS que a pressão da sociedade em relação à prestação de serviços do Instituto não se refere, neste momento, às atividades exercidas pelos servidores da Carreira do Seguro Social, mas principalmente ao gargalo na realização de perícias médicas, que estão sob a responsabilidade da Perícia Médica Federal. Os meios de comunicação estão sempre se reportando aos benefícios por incapacidade, que dependem única e exclusivamente do perito médico federal, tais como auxílio-doença.

Ao ser questionado sobre o retorno dos médicos peritos, o presidente do INSS afirmou que: *“Não faz nenhum sentido o INSS reabrir as unidades sem a perícia médica”*. Quatro serviços irão funcionar na reabertura, segundo Leonardo Rolim: perícia médica, avaliação social, reabilitação profissional e cumprimento de exigência. Pondera que o prejuízo não é só pela ausência da perícia médica e cita outros motivos de os benefícios estarem parados, como avaliação social, cumprimento de exigências etc.

Reestruturação do INSS / Carreira do Seguro Social

A CNTSSCUT pediu informações sobre a reestruturação do INSS, por ser tema de grande relevância para os servidores e motivo de muitos boatos. A entidade exigiu que os servidores pudessem fazer parte na construção desse processo.

O presidente do INSS informou que a reestruturação terá três etapas: 1ª etapa: GT do Ministério da Economia com o INSS; 2ª etapa: será discutir na Casa Civil e a 3ª etapa: transformar em Projeto de Lei e discutir com os poderes da União. Jobson, diretor de Atendimento, está coordenando.

A 1ª etapa prevê cumprir a obrigação de reduzir pela metade as unidades de gestão (GEX) e aproveitar para reorganizar o papel do INSS. A ideia seria as GEXs ficarem com o papel de coordenar as áreas finalísticas do órgão, enquanto as SR's centralizariam a área meio, setores como SOGP, Logística, Financeiro etc. Esta discussão está na Secretaria de Gestão, da

Secretaria Especial de Previdência. Rolim disse que a reestruturação será com base na Lei nº 9.717, que estabelece uma série de princípios de governança, constituição de um Conselho de Administração formado por representantes do governo e servidores, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos. Tudo isso está em discussão no governo.

Integração com a Secretaria do Trabalho: o INSS assume algumas atividades da Secretaria do Trabalho, tais como a concessão do Seguro Desemprego e outras iniciativas. O presidente afirmou que este ponto estará em vigor até o final do ano e está sob a coordenação do Jobson, diretor de Atendimento. Está em experiência piloto em cinco Agências.

Assinaram o Programa de Atuação Digital 2.0 e o Programa de Transformação da Gestão. Em agosto, terá início, dentro da transformação digital, o processo de prova de vida. Será realizada experiência com 500 pessoas. Primeiro marco importante para reorganizar o INSS com foco no atendimento ao cidadão com amplo projeto de reestruturação. Assim que o projeto estiver concluído, o presidente informou que será agendada uma reunião específica para apresentar. Comprometeu-se a apresentar até o final de julho.

Esse desenho consta no Planejamento Estratégico e no Programa de Metas deste ano e do ano que vem. Deverá ser implementado até o final de 2021. Até maio ou junho de 2021 deverá ser concluído o redesenho do perfil do servidor do INSS, bem como o número ideal de trabalhadores para determinadas atividades. Farão um plano de seleção e talentos após a conclusão.

A CNTSSCUT entende ser de extrema importância que os servidores se apropriem dessa discussão e exija junto com as entidades a participação nesse processo, não deixando apenas nas mãos do governo fazer unilateralmente alterações tão profundas na estrutura e na carreira.

Comitê Gestor da Carreira

O titular da DGPA aponta que existem dois Comitês: um que irá discutir a carreira internamente no INSS e outro que é o do Acordo da Greve de 2015 e está sob a governança do Ministério da Economia, não cabendo o Instituto interferência. O presidente solicitou a Helder e Emanuel para tocarem e marcarem a reunião o mais rápido possível com a Confederação, assumindo o compromisso de criar o Comitê Gestor.

A CNTSSCUT ponderou que, embora não esteja sob a governança do INSS a criação do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social conquistado na greve de 2015, o presidente, como autoridade máxima do órgão, poderia fazer as interlocuções junto ao Ministério da Economia e à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, com objetivo de destravar e viabilizar o cumprimento do Acordo com a instauração do Comitê. Este tema é de grande relevância para os servidores da Carreira do Seguro Social, principalmente no momento em que se avizinha a Reforma Administrativa.

Criação do Banco de Pontos

Trata-se de reivindicação dos (as) servidores (as) que a Confederação apresentou na reunião anterior, de 18 de junho, pois os profissionais estão trabalhando por produção e o excedente não conta para o mês seguinte. Foi cobrado urgência na criação desse instrumento que, inclusive, foi promessa do presidente na citada reunião.

Rolim informou que é muito importante e adequada a solicitação e que havia pedido para os seus técnicos viabilizarem. Acredita que na próxima semana já tenhamos o Banco de Pontos. Nesse momento Jobson pediu a palavra para informar que foi aberto o processo nesta sexta-feira, 10 de julho, e que já tem a Minuta que está sendo encaminhada nesta mesma data ao DGPA, cumprindo a determinação e compromisso do presidente. Ficou de marcar reunião com a Confederação, na próxima semana, para apresentar a Minuta e tratar da criação do Banco de Pontos.

Avaliação de desempenho

A CNTSSCUT mostrou preocupação na forma como o INSS está tratando esta questão, mostrando, inclusive, que existem pontos da legislação que o Instituto tem obrigação de se atentar. O diretor da DGPA informou que a legislação está sendo cumprida e o Instituto estuda alterações no ITC-GDASS e na parte individual da gratificação. A Confederação solicitou que esse ponto fosse tratado em reunião específica para conhecer quais alterações seriam essas e por entender que medidas desse tipo têm que passar por debates com as entidades e serem discutidas também no CGNAD. Ficou agendada reunião para a próxima semana para tratar também desse tema com a DGPA.

GDASS

Cobramos o resultado de maio e junho e o presidente informou que provavelmente a Portaria saia na próxima semana, inclusive com ajustes propostos pelo INSS. A DGPA alega que falta publicar os resultados de maio e junho, pois o processo com os ajustes está em tramitação. Devido a isso ainda não marcou a reunião do CGNAD. A CNTSSCUT enfatizou que não pode haver nenhuma alteração sem a anuência do CGNAD.

GT de Pontuação e Metas

Mais uma vez a Confederação cobrou a retomada da discussão do GT e mostrou preocupação e indignação com Portarias publicadas de forma unilateral pelo INSS. Leonardo Rolim ressaltou a importância dessa discussão. Informou que, por ser uma questão dinâmica, deveriam ser permanentes as discussões e prometeu retomá-las o mais breve possível.

Painel de Acompanhamento da Produtividade / “Facilita”

A CNTSSCUT cobrou que até o momento ainda não saiu o prometido Painel de Produção Diária dos (as) servidores (as) que estão trabalhando sem saber o montante da produção realizada. Inclusive o sistema “Facilita” que o INSS disponibilizou para mostrar essa produção não é atualizado de forma adequada.

Ailton, DIRAT, informou que o aplicativo do GET, sistema on line onde o servidor sabia quantos pontos havia feito, não conseguiu acompanhar em virtude da dinâmica de mudança. Houve a decisão, à época, de abandonar o GET e ficar com o “Facilita”. Alguns servidores conseguiam fazer o acompanhamento por tal sistema, mas faz algum tempo que deixou de funcionar.

Informou que estão discutindo com o DATAPREV em duas frentes. Uma delas é paliativamente melhorar o sistema “Facilita” onde o servidor poderá ter o controle de sua produção diária em tempo real, que vem com um delay D-1 (resultado do dia anterior). E, de forma definitiva, a criação do Painel de Produtividade que deverá mostrar em tempo real a produção dos (as) servidores (as). Por fim, prometeu que semana que vem irão nos apresentar essa solução para a produção diária.

Cumprimento de Exigência - Drive Thru SP - Normativo que aceita cópia simples

A CNTSSCUT apontou problemas do projeto-piloto denominado de “Drive Thru” realizado em São Paulo. A Superintendência do INSS local resolveu colocar o projeto para recebimento de exigências com envelopes depositados em caixas de papelão nas Agências do Instituto.

A Confederação apontou alguns problemas, tais como: a) a caixa é apenas um repositório de envelopes sem nenhum controle da Instituição; b) os segurados não recebem nenhum recibo/protocolo dos documentos exigidos pela Instituição; c) essa ausência de protocolo de entrega fere a legislação vigente sobre o tratamento de documentos na Administração Pública, uma vez que todo cidadão tem que ter um protocolo/recebimento dos documentos apresentados. Tal situação põe em risco o direito do segurado ao não possibilitar ter prova da entrega. Em caso de indeferimento indevido, ao recorrer à Justiça, o segurado não tem como provar que cumpriu as exigências do INSS devido à ausência de comprovante da entrega dos documentos.

Foi solicitado que a presidência do INSS se aproprie do que está acontecendo no estado de São Paulo e que tome providências urgentes para evitar prejuízos aos segurados e problemas futuros com os órgãos de controle. Afinal, para um órgão que pretende ser uma Autarquia Especial, como pretende o INSS, não pode colocar uma caixa de papelão num estacionamento para o segurança tomar conta e recepcionar documentos de segurados exigidos pela Instituição.

O presidente do INSS informa que o projeto é de conhecimento da direção central. É trata-se de uma experiência piloto. Estão conversando com TCU – Tribunal de Conta da União sobre isso. Será feito aprimoramento para analisar se é viável mantê-lo ou não. Se for viável, será mantido e ampliado.

Nova Legislação que aceita cópias não autenticadas - Decreto nº 3048 e Lei nº 3246

No cumprimento das exigências e requerimentos de forma digital a pessoa deverá assumir a autenticidade do documento quando feito com login e senha.

A CNTSSCUT ponderou que no Normativo específico, que deverá ser editado pelo INSS, tem que exemplificar em quais situações o servidor deverá fazer a solicitação dos documentos originais, uma vez que o Decreto tem essa previsão. Essa norma é muito importante para tirar a responsabilidade do servidor em documentos entregues e incluídos pelo requerente e por terceiros e não autenticados.

O titular da DIRBEN diz que o debate tem duas vertentes: a autenticidade e a contemporaneidade. Na autenticidade, quem traz o documento é o responsável. Na contemporaneidade do documento a Normativa tem que descrever. O servidor vai ter que pedir o documento para saber quais são as situações de contemporaneidade. E quando esse documento é entregue por meio digital com login e senha, podemos acusar que a autenticidade e a responsabilidade são de quem inclui. Informou que a Normativa que sairá em breve tratará disto. A responsabilidade do servidor ficaria restrita a casos como erro grosseiro, dolo ou má fé.

Por fim, a CNTSSCUT e seus Sindicatos filiados orientam a categoria a manter-se mobilizada e em trabalho remoto.

Não ao trabalho presencial! #VIDAS IMPORTAM

**CNTSSCUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Seguridade Social - Julho de 2020**